

AS HISTÓRIAS DE UMA INSURREIÇÃO: JUNHO DE 2013 E SEUS DILEMAS DE INTELIGIBILIDADE¹

DOI: 10.12957/synthesis.2023.83516

PEDRO DOS SANTOS DE BORBA*

Resumo: O artigo analisa os desafios teóricos e metodológicos que subjazem a conversão das jornadas de Junho em objeto de análise social sistemática. Revisa duas controvérsias próprias ao contexto de junho de 2013 que se transpõem posteriormente para o debate acadêmico sobre o evento: o caráter indeterminado do confronto político nas ruas e o enquadramento dos protestos no espectro esquerda-direita. Argumenta que os desafios de inteligibilidade não resultam diretamente das escolhas metodológicas ou da carência de fontes, mas, principalmente, de dinâmicas próprias ao evento que merecem atenção específica.

Palavras-chave: Junho de 2013; ação coletiva; crise política; política brasileira; historicidade.

The stories of an insurrection: the 2013 protests in Brazil and its intelligibility dilemmas

Abstract: The article analyzes the theoretical and methodological challenges that underlie the conversion of the Brazilian Spring of 2013 into an object of systematic social analysis. It reviews two controversies that marked the event and that were later transposed to the academic debate: the indeterminate nature of the political confrontation in the streets and the framing of the protests in the left-right spectrum. It argues that the intelligibility challenges do not stem from methodological deficiencies or lack of proper sources, but mainly from certain dynamics of the event that deserve analysis.

Keywords: June 2013; collective action; political crisis; brazilian politics; historicity.

Ao perder o fundo original, a linguagem transforma-se em algo confuso, de modo que uma palavra pronunciada por uma pessoa pode não ser entendida no mesmo sentido por outra, embora ambas tenham cultura semelhante. Quando isto acontece - quando, na comunidade, começa-se a falar linguagens diferentes embora o idioma seja o mesmo - surge o cisma ideológico que marca uma profunda transição social: os governantes isolam-se naquela fraseologia vazia por todos conhecida; os pobres murmuram coisas sobre sua “luta” e sua “necessidade” num contexto dificilmente apreensível pelos intelectuais; os jovens adotam uma gíria própria que alarga ainda mais a brecha entre as gerações; os sacerdotes gesticulam em seu púlpito sem conseguir chegar à mente dos

* Doutor em Ciência Política (IESP/UERJ). Pesquisador de Pós-Doutorado em Sociologia (IESP/UERJ). E-mail: pedrorborba.cp@gmail.com.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY 4.0 Internacional, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, desde que citem seus autores e a fonte original.

paroquianos; muitos professores não conseguem fazer despertar o talento dos estudantes, cujo universo real situa-se além da imaginação dos preceptores comuns. E o mesmo acontece em outras manifestações da vida social (Fals Borda, 1979, p. 16).

INTRODUÇÃO

Em um breve ensaio sobre os desafios da periodização no estudo da história, Reinhart Koselleck (2014) sustentou um argumento peculiar e provocativo. O marco de uma história contemporânea (ou do tempo presente) não poderia ser definido em uma época particular². Isso porque o tempo presente é sempre referenciado e, no limite, relativo. A tarefa de narrar a história contemporânea é uma composição entre as camadas temporais que coexistem no que se toma como atual. Sua estrutura é constituída tanto por processos e recorrências (i.e. um “passado presente”) como por certo horizonte de expectativas (i.e. um “futuro presente”). Em outros termos, na medida em que se torna histórico, o contemporâneo deixa de caber na duração imediata do presente. Esse é um tema particularmente sensível no caso das Jornadas de Junho, que permanece como desafio máximo da história do nosso tempo. É certo que elas servem e continuarão servindo como divisor entre duas épocas na história brasileira; é muito menos clara, contudo, a dinâmica interna dessa separação. Em uma conjuntura crítica, algo da realidade se mantém opaco mesmo para seus protagonistas.

Essa dificuldade transparece em um linguajar marcado pela indefinição que orbita os relatos e análises sobre as jornadas de junho. A recorrência de expressões como “ambivalente”, “contraditório”, “múltiplo”, “fragmentado”, “heterogêneo” reflete o zelo em ressaltar uma margem indefinida e irredutível no que se descreve, como se o episódio teimosamente resistisse a seus descritores. Não importa quanto se frise ou repita palavras como “incerteza”, “vertigem” e “contingência”, o texto nunca parece condizer com a intensidade da experiência vivida. O olhar retrospectivo dissipa a catarse, e o faz por seu próprio mérito. Ao encadear, explicar e sistematizar, oferece um grau de ordenação que é em si alheio ao objeto. Até que ponto a incerteza, a indefinição e a multiplicidade são atributos intrínsecos ao processo social, ou são elas resultado de nossa incapacidade de apreendê-lo ou decifrá-lo adequadamente? Ou ainda, até que ponto os problemas de inteligibilidade são inseparáveis de um levante social de tal magnitude? Até que ponto a dificuldade de apreensão dos analistas é a mesma dos atores que viveram as jornadas de junho nas ruas, ou, ainda, dos que o fizeram nos gabinetes, nos quartéis, nas editorias?

Em um excerto assiduamente citado sobre o caráter fragmentado da história dos subalternos, Antonio Gramsci (1999) afirma, por oposição, que os grupos dominantes teriam o estado como princípio unificador de sua história. O fio condutor da narrativa histórica dos príncipes, ministros ou generais é a história do estado, sua formação e suas inflexões. Afirmá-lo não implica supor uma historiografia estritamente nacionalista, mas algo mais sutil. O estado ofereceria a referência de encadeamento e relevância dos episódios e personagens individuais; ao dizer o quê e quem é importante para a história, essa referência a torna possível. Por conta própria, a história do cotidiano e das lutas esporádicas dos grupos subalternos não dispõe dessa referência transfactual. A rigor, conforme esses fragmentos são projetados sobre o cenário mais amplo, formando um mosaico da vida dos governados e da contestação à autoridade instituída, a narrativa se inverte a um ponto de vista panorâmico, cuja referência é novamente o estado.

É interessante observar que as interpretações mais coesas e unívocas sobre Junho de 2013 recorrem precisamente ao estado como ponto de captura, seja como conspiração estrangeira para a mudança de regime, como espiral revolucionária ou como giro fascista de uma direita eleitoralmente frustrada. Há uma premissa de totalização que interliga os protestos pelo denominador comum do que eles representam em escala nacional, depurando suas arestas para formá-lo parte do “passado presente” da história brasileira. Implicitamente, presume como sendo o mais relevante dos protestos justamente aquilo que eles teriam em comum em escala nacional. Parte dos problemas de leitura sobre Junho de 2013 reside, salvo melhor juízo, na ativação automática dessa premissa de totalização. No afã de dissipar a margem de indefinição do objeto, tornando-o menos fragmentado e circunstancial, acaba-se por anular exatamente o que havia de essencial à experiência vivida nas ruas.

O propósito deste artigo não é sistematizar e escrutinar as interpretações existentes sobre Junho de 2013 na literatura especializada; entre outros motivos, porque há quem esteja mais bem posicionado para fazê-lo. Este texto tampouco poderia oferecer um relato detalhado do transcurso dos eventos ao longo do ciclo de protestos, explicitando suas etapas, ramificações e nuances locais e regionais. O objetivo do ensaio está em uma discussão preliminar, que parte das dificuldades de converter Junho de 2013 em um objeto de análise sistemática. Em particular, dedico atenção a duas controvérsias que foram constitutivas daquela conjuntura: (1) a dificuldade de enquadrar o confronto nas ruas, dada a sua diversidade, e (2) a leitura das mobilizações a partir do espectro esquerda/direita. É um recorte dentre outras controvérsias centrais para aquele contexto, como o foram a adequação entre violência e democracia ou a tensão entre estratégia e *performance* nos protestos de rua. Trata-se de um esforço parcial, que não pode senão oferecer algumas pistas para avaliar as Jornadas de Junho como história do tempo presente. Em particular, chamo atenção para os dilemas de inteligibilidade que fazem parte desse processo, seja por parte dos manifestantes diante da própria experiência, por parte dos analistas especializados diante da insurreição ou ainda por parte da elite política que buscou controlá-la, direcioná-la e eventualmente anulá-la.

1 O CONFRONTO NAS RUAS

Na abertura de uma obra coletiva publicada em 1975, Charles Tilly comparou a relação entre história e teoria com um cachorro amarrado a uma árvore (Tilly, 1975). A discussão teórica sobre o mundo social pode transitar em diferentes direções e ritmos, mas ela não pode seguir obstinada a um lado sem que a corda esticada a traga de volta a certos limites, dados pelo que a experiência histórica estabelece. A metáfora não é exatamente rigorosa, mas há nela algo de ilustrativo. A análise sobre movimentos sociais no Brasil caminhou, a partir dos anos 1990, a uma ênfase cada vez maior nos estudos sobre a dinâmica da “sociedade civil” e a “participação social” (para um balanço dessa tendência, ver Alonso, 2009; Gohn, 1997, cap. 8 e 9; Gurza Lavalle, 2011). Em consonância com a abertura democrática e a institucionalização de fóruns setoriais, os movimentos se organizariam para intervir na formulação de políticas públicas, e isso teria impactos sobre sua estrutura interna. A sociedade civil aprenderia os melhores métodos para fazer avançar suas reivindicações nas arenas democráticas. Por essa tendência prática, os episódios explosivos de Junho de 2013 pareciam inconcebíveis até o momento em que ocorreram. Como o puxão da corda, eles obrigam a redirecionar a atenção novamente para o que há de imponderável no confronto político nas ruas, com movimentos que não tinham sigla, sede ou estatuto.

Ademais, uma das características fundamentais de Junho foi sua relativa ilegitimidade por parte das autoridades. O termo remete ao argumento de James Scott em seu *Seeing like a state*, segundo o qual o estado intervém socialmente para criar condições de *legibilidade*, isto é, assegurar que o espaço, as pessoas e as práticas sociais se conformem a padrões que sejam passíveis de processamento administrativo (Scott, 1999). O governo consegue processar uma quantidade fabulosa de informação, mas somente alguns tipos de informação. Por isso, é preciso dispor a sociedade e a natureza de acordo com os tipos de informação que são adequados.

De forma análoga, os atores identificados na sociedade civil representam formas associativas que são legíveis pelo governo. A forma como se organizam, a linguagem com que apresentam demandas e seus instrumentos de pressão são, em tese, inteligíveis para os órgãos públicos responsáveis. Suas demandas podem ser descartadas e suas condutas, eventualmente, punidas, mas sua atuação é parte do processo político enquanto tal. Existem procedimentos conhecidos pelas partes para a interação entre estado e sociedade civil, resultado da rotinização dessas disputas. Em parte, a legibilidade é também estratégica na medida em que esses atores conseguem acionar alavancas e correias do aparato de estado para seus propósitos.

Já os protestos de rua em 2013 tinham um caráter distinto, no que se aproxima da “primavera árabe” ou dos recentes *estallidos* na América Latina, como no Chile em 2019 e na Colômbia em 2021. Boa parte do que se reputou como demandas “difusas” ou protestos “sem objetivo claro” respondia a um tipo de revolta que não era passível de processamento e barganha pelo sistema político. A falta de lideranças que pudessem levar o movimento para a mesa de negociações; a impossibilidade de estabelecer previamente o itinerário das manifestações na cidade; a resistência e o revide à repressão policial; a pichação, o quebra-quebra, os saques compuseram uma erupção

social que não podia ser desarmada pelos mecanismos usuais de negociação. Algo escapava ao roteiro performativo que se imputava a uma manifestação de rua no jogo democrático.

Como é sabido, no bojo do confronto nas ruas em 2013, as manifestações contra o aumento da tarifa do transporte público deram vazão a uma agregação plástica de pautas: a suspensão dos megaeventos esportivos, a renegociação dos contratos com as empresas de ônibus, o fim da polícia militar, a denúncia do Ato Médico, a interrupção das remoções motivadas pelas obras da Copa do Mundo, o repúdio ao projeto da “cura gay” (PDC 234/2011), ao “Estatuto do Nascituro” (PL 478/2007) e à transferência da demarcação de terras indígenas ao Legislativo (PEC 215/2000), a derrubada da PEC 37 (da “impunidade”), entre tantas outras. Em parte, essa agregação se deve à própria articulação das ruas, onde cada cartaz, cada palavra de ordem, cada pichação pode invocar um mote.

O poder de atração dessa dinâmica descentralizada já foi notado como traço forte de Junho de 2013, mas é preciso também destacar sua face deliberativa. Do confronto nas ruas se desdobraram espaços de reunião e encontro, na forma de assembleias de rua, assembleia de bairro e ocupações nas Câmaras Municipais em diversas cidades. Esses espaços sedimentavam pautas e propostas conforme aglutinavam as forças políticas mais organizadas que compareciam nos protestos. Em tal ambiente, via-se pouco incentivo para limitar, priorizar ou hierarquizar estrategicamente as demandas; elas simplesmente confluíam.

O alargamento de escopo das manifestações é mais um indicador de sua ilegibilidade por parte do governo. Embora proliferassem demandas populares que, em sua maioria, dependiam de ação estatal, como medidas legislativas ou políticas públicas, não havia mecanismo para transpô-las de sua ebulição nas ruas para a rotina administrativa. No pronunciamento de televisão de Dilma Rousseff de 21 de junho, ela estipula cinco pactos de políticas públicas que corresponderiam aos desejos expressos nas manifestações, recortando esses temas legíveis daquilo que é enquadrado como vandalismo, violência e crime. Alguns dias depois, em reunião com prefeitos e governadores em Brasília, a presidenta recorreu a expressões como “as ruas estão nos dizendo” ou “é muito bom que o povo esteja dizendo tudo isso”. Em outras palavras, não sendo possível negociar nem reprimir, o governo federal decidiu ler as manifestações a seu modo, com suas próprias palavras, estipulando perguntas a que era capaz de dar respostas. É recorrente o argumento de que Dilma Rousseff foi inábil para lidar com os protestos, e é cômodo dizê-lo à luz do que ocorreria nos anos seguintes. Não é tão simples identificar qual governador ou prefeito manobrou com destreza naquele contexto. Quando uma insurreição toma as ruas, já não há caminho virtuoso para quem governa.

O sistema político viveu uma paralisia decisória própria de momentos de crise (Nobre, 2013). A forma dessa crise foi o colapso das rotinas institucionais de processamento do conflito, de modo a borrar os limites de quem são seus protagonistas, seus métodos e suas linguagens usuais. Uma forma de condensar essa desinstitucionalização da vida política é a noção de “abertura” ou “transbordamento” societário (Bringel; Pleyers, 2015; Bringel; Domingues, 2018). Nos textos mais recentes, Breno Bringel (2021) prioriza com o termo a abertura de possibilidades emancipatórias, que podem ou não ser consumadas. Embora em algum grau conectadas, gostaria por ora de chamar atenção para a acepção da abertura societária como um transbordamento da ativação política para fora da rotina institucional e das identidades coletivas estabelecidas. O termo, então, remete às

mobilizações de 2013 como um ciclo de protestos de alta intensidade de mobilização que transborda a maior parte dos grupos políticos e movimentos sociais organizados previamente e se abre à sociedade como um todo, coincidindo com a crise de um ciclo político mais amplo (Bringel; Domingues, 2018, p. 94).

Cronologicamente, o ponto de não retorno dessa abertura societária foi a repressão desenfreada da Polícia Militar de São Paulo no dia 13 de junho nas imediações da Avenida Paulista, que foi fartamente documentada, compartilhada e comentada na internet. A espiral de mobilização que se segue passou a revolver todo tipo de insatisfação latente. Quem não sofreu a repressão policial em São Paulo reagiu como se ela afetasse a todos, estipulando uma clivagem, um antagonismo;

dele derivava uma solidariedade espontânea com quem protesta. À revelia de seus perpetradores, a violência da polícia produziu um efeito espontâneo de articulação que constituía a cidadania autoconvocada como um coletivo em aberto, muito além dos limites de São Paulo³.

Na década de 1960, em uma obra seminal para o pensamento crítico latino-americano, Pablo González Casanova (1975, p. 144) afirmou que “frente ao México político há um México impolítico”. Ele sublinhava a existência de uma massa de pessoas que não se encontrava articulada em sindicatos, partidos e organizações formais; para ele, contudo, seria impossível fazer um balanço das formas de dissenso no país sem observar essa multidão alheia aos instrumentos cívicos, sem experiência de mobilização, sem sequer um padrão de votação eleitoral discernível. É evidente que González Casanova tinha diante de si um México majoritariamente rural, distinto da sociedade brasileira do século XXI; e a manobra pela qual ele circunscreve o “político” pode soar datada. Ainda assim, é razoável pensar que há, no contágio das manifestações de 2013, uma espécie de ativação súbita do estrato “impolítico” das cidades brasileiras. O efeito de transbordamento é precisamente trazer às ruas essas pessoas sem ligações institucionais ou vivência política prévia. Não surpreende que as pessoas nas ruas, quando perguntadas, fizessem pouco caso das mediações institucionais subjacentes ao jogo democrático, como observou Mendonça (2018). Até certo ponto, era contra essas mediações que se insurgiam. O que González Casanova nos adverte é que a análise política não pode circunscrever-se aos “grupos de interesse”, a seus partidos e às instituições oficiais, sob pena de ser surpreendida por quem está à margem deles.

Fato é que não faltaram cientistas para afirmar, no auge dos protestos ou em seu ocaso, que a maneira correta de expressar indignação é descreditar nas urnas o incumbente a cada quatro anos; que as manifestações levantavam pautas imprecisas e contraditórias; que confundiam competências federais, estaduais e municipais; que a indignação das pessoas era, na verdade, sintoma do sucesso do governo. A esse respeito, parte dos dilemas de inteligibilidade do ciclo de protestos deriva da simples desconfiança dos especialistas de que havia mérito para qualquer protesto naquela quadra da história, enquanto a insistência em fazê-lo se voltaria perversamente contra os interesses de quem estava nas ruas. A rigor, não há sequer um dilema de inteligibilidade nesse caso, porque a solução antecede o problema.

Considerar o efeito explosivo do Brasil “impolítico” obriga a pensar o que ocorre com o conflito social quando ele extravasa as mediações institucionais existentes. De um lado, há o caminho repisado em torno da presunção de irracionalidade das massas, sua emotividade explosiva ou sua predisposição violenta. Como demonstrou George Rudé, essa irracionalidade é “um mito que se santificou pela repetição” (Rudé, 1991, p. 271). De outro lado, há o recurso ao racionalismo revolucionário, que supõe uma vanguarda capaz de realinhar estrategicamente o conflito até então disforme. Ambos os caminhos, como se depreende do que já foi dito, ficam aquém do que precisamos para lidar com a margem de indefinição que ronda a insurreição de junho. Assim, gostaria de comentar duas ideias-força sobre a extrapolação do conflito social para fora dos canais usuais do Brasil “político”.

Em primeiro lugar, a abertura societária produziu um descolamento entre as referências e experiências pregressas das pessoas (seu “passado presente”) e suas expectativas com relação ao rumo dos acontecimentos (seu “futuro presente”). Ao confronto nas ruas não comparecem só pessoas, cartazes e máscaras, mas também uma multidão de expectativas sobre o que deve mudar e sobre o que pode vir a acontecer, no dia seguinte, no mês seguinte ou no ano seguinte. Na medida em que a experiência passada não prestava a orientar adequadamente a leitura da situação presente, há uma inflação correspondente de expectativas. Em outras palavras, tudo parece possível em uma situação tida como sem precedentes. Os futuros possíveis, concorrentes e incompatíveis sobrecarregam o momento presente, e essa sobrecarga forma parte da tensão da experiência vivida. Sob esse ponto de vista, é próprio ao conflito social imediato uma sensação de vertigem que, em termos de estrutura temporal, deriva do desequilíbrio entre expectativas de futuro infladas e inconstantes com a pouca aderência da experiência passada. Essa percepção de indeterminação é um componente da explosão social de Junho que resiste à narrativa sistemática, isto é, da conversão do “presente” em “história”.

Em segundo lugar, é preciso considerar esse desequilíbrio entre experiências e expectativas a partir da escalada de reivindicações. Por um lado, o conflito social mediado canaliza as energias

da disputa para um horizonte limitado pelo factível. Uma greve, por exemplo, demanda usualmente um reajuste de salário que considera alcançável ou pelo menos barganhável, mas não lista em suas reivindicações o fim do trabalho assalariado. Um projeto de lei prevê suas condições de exequibilidade por parte da administração pública. No entanto, o alargamento de demandas no transcurso das Jornadas de Junho pôs em suspenso esses limites. O fim da polícia militar ou o cancelamento da Copa do Mundo eram expectativas que, em condições normais, seriam postas fora do perímetro do factível naquele contexto. A revogação do aumento das passagens de ônibus seria factível; já o passe livre universal estava então fora do radar. O que esse descolamento de expectativas diz sobre a natureza do levante?

À primeira vista, isso simplesmente deporia em favor da inconsequência de manifestações desorganizadas. O que há de mais interessante, contudo, é o potencial dessas demandas impraticáveis em eventualmente alargar o campo de possibilidades da disputa política ordinária. O sufrágio universal já foi outrora uma demanda impraticável. O que um acontecimento como Junho de 2013 tem o potencial de produzir, sem o alarde das bombas de gás lacrimogêneo e dos coquetéis molotov, é um deslocamento sutil do perímetro do factível. Roberto Andrés oferece um exemplo lapidar desse fenômeno ao acompanhar a adoção da tarifa zero no transporte público de diversas cidades brasileiras ao longo da última década, quando em 2013 não havia um exemplo sequer no país (Andrés, 2023). Desse ponto de vista, não há como saber, dos motes revolvidos em Junho, o que virá a ser redimensionado no futuro. Se, por exemplo, houver um processo institucional de desmilitarização do policiamento ostensivo no Brasil, as Jornadas de Junho serão provavelmente recontadas tendo este “futuro passado” como eixo fundamental. A história da reforma policial será rastreada às reivindicações impraticáveis em 2013. Não sabemos com certeza que fios desse novelo a história virá a puxar, e, portanto, é difícil definir exaustivamente os contornos, ou a cadeia de causas e efeitos, em torno ao evento.

Isso nos traz à questão central que é a delimitação de Junho como unidade de análise. Por um lado, é certo que as Jornadas de Junho abrem caminho para uma sequência de lutas populares, como foram, no caso do Rio de Janeiro, a mobilização em função do desaparecimento do Amarildo (em julho de 2013) e as greves dos garis e dos professores estaduais no segundo semestre daquele ano (Reghim *et al.*, no prelo). Compõe o mesmo contexto a greve dos rodoviários em Porto Alegre, então organizada pela oposição ao sindicato. Em São Paulo, ganhariam ímpeto as ocupações urbanas do MTST, mas também o movimento dos rolezinhos em *shopping centers*, símbolo da fruição irreverente da juventude periférica. Como uma reação em cadeia, surgiriam nos anos seguintes o movimento Não Vai Ter Copa, as ocupações nas escolas por estudantes secundaristas, as jornadas de luta de funcionários públicos em vários estados contra os atrasos de salário e os ataques à Previdência, os protestos contra a PEC do “teto de gastos” e a greve geral de 2017. Contra as violações dos direitos reprodutivos e da autonomia das mulheres, à época tramitando em diversos projetos em Brasília, ganha corpo uma “primavera feminista” entre 2015 e 2016 com presença nas ruas e nas redes, que é também associada ao caldo de cultura de Junho de 2013.

Nesse contexto, Junho se mostra como parte de um arco temporal mais amplo. A unidade de análise adequada poderia ser estendida para enquadrar o processo de constituição de subjetividades políticas a partir das lutas sociais em um novo ciclo histórico no Brasil. Dessa perspectiva, Junho não começa em Junho e não termina em Junho (Bringel, 2013; Bringel; Domingues, 2018; Reghim *et al.*, no prelo). Embora essa solução tenha sua razão de ser, ela parece criar outros desafios colaterais. A ênfase no processo diminui a força da descontinuidade, isto é, no que houve de extraordinário no ciclo de protestos em 2013 com relação às lutas anteriores e posteriores. O alargamento da unidade de análise arrisca colapsar diferença entre o processo e o evento. Do ponto de vista conceitual, parece razoável tomar essas reconfigurações nas lutas sociais como um processo propriamente dito, assim como o são a formação de subjetividades políticas ou a transição entre ciclos políticos e econômicos (Ferreira *et al.*, 2022). Junho de 2013, por sua vez, é um evento crítico, atravessado por estes e outros processos de maior duração, mas essencialmente irredutível a eles. Esse evento tem impactos e derivações diversas, mas ele não se confunde com seus desdobramentos. A unidade básica de análise há de ser, pois, a escala do evento ou do acontecimento (Mendonça; Simões, 2022).

Não é claro, contudo, se esse tipo de recorte é suficiente para que a análise tenha uma unidade. No limite, o evento adquire feições e ritmos específicos quando narrado em cada território. O encadeamento do evento em Porto Alegre, por exemplo, tem uma progressão própria: a jornada de luta do Bloco de Luta pelo Transporte Público ganha as ruas em 21 janeiro, adquirindo já em abril um ímpeto e magnitude fora do usual (Gomes, 2018; Dal Sasso; Bernardo, 2016). Em Goiânia, o arco temporal das lutas contra o aumento da passagem também não coincide com junho (Tavares; Roriz; Oliveira, 2016). Em muitas capitais, as manifestações só arrancam tardiamente junto aos chamados nacionais de mobilização dos dias 20 e 22 de junho. O quadro poderia se subdividir e complexificar indefinidamente. Não se trata de uma questão somente de sincronia, mas de uma heterogeneidade de atores, de pautas e de enredo em cada contexto. Em suma, são histórias diferentes, e o evento crítico se desenha a partir de um entrelaçamento circunstancial dessas histórias.

Resta a questão: até que ponto há uma história axial do ciclo de protestos e outras histórias locais ou particulares? Na maior parte das análises, a história axial é moldada pela experiência das capitais do Sudeste do país e extrapolada dali para a “política brasileira”. As demais histórias se tornam satélites em torno desse eixo. Que se trata de uma seleção arbitrária é um fato, mas quanto arbitrária? O significado político das manifestações em São Paulo e no Rio de Janeiro não justifica que a elas seja dada maior importância relativa? A pergunta é capciosa e não pode ser respondida sem que se examine o que lhe está subentendido.

O itinerário das Jornadas de Junho no Sudeste foi decisivo para encaminhar o rumo da crise política brasileira, ou seja, da disputa pelo poder no estado. Seus efeitos não se limitam, sem dúvida, às cidades onde ocorreram. Mas a premissa para tal, ecoando o argumento de Gramsci, é que o estado oferece um gabarito para o encadeamento e para as prioridades da narrativa histórica da insurreição. Se essa narrativa é unificada pelo estado, o ordenamento dos eventos acata uma hierarquia correspondente. Mais do que Rio de Janeiro ou São Paulo, sobressai um recorte espacial dessas metrópoles, através de seus lugares centrais de manifestação, como a Avenida Paulista ou a Avenida Presidente Vargas. Como veremos na seção seguinte, a dinâmica dos protestos nesses centros destoa, em boa medida, do que se observa em outras localidades. Não é por serem boa amostragem dos protestos daquele período que eles são “nacionalizados” na história de Junho de 2013, mas porque seus efeitos específicos foram decisivos para a história que é unificada em torno do estado. O recorte não é arbitrário se a premissa é explícita.

O que permanece arbitrária é a operação de redução e totalização do levante aos termos da história política nacional, com seus antecedentes e consequentes. Fato é que existem incontáveis perspectivas para observar Junho a partir de territórios e coletivos em movimento, com o “futuro presente” que lhes corresponde. Em suas centenas de focos de protesto, o evento se multiplica em histórias situadas. Surgem diferentes enredos que precisam ser contados sem supor um encaixe automático, em termos de sincronia ou homogeneidade, com a história da crise do sistema político brasileiro. A irredutibilidade dessas histórias à generalização é característica central do evento como explosão social descentralizada. O “intenso agora” do confronto nas ruas não é redutível à historicidade ordenada pelo estado, nos termos que derivamos de Gramsci, da mesma maneira que a ilegibilidade por parte do estado, descrita originalmente por Scott, foi característica essencial desse confronto.

2 ESQUERDA E DIREITA EM MOVIMENTO

Uma das dificuldades básicas para a leitura de Junho de 2013, mesmo quando ocorria, é a localização dos protestos no espectro esquerda/direita. Dado que heterogeneidade havia, proliferaram tipologias para enquadrá-la, discriminando os grupos nas ruas ora como “patrióticos”, “liberais”, “autonomistas”, “revolucionários”, “libertários”, “autoritários”, entre outros. Embora cada tipo tenha sua justificação, eles em seu conjunto orbitam o eixo esquerda/direita. Além disso, a localização esquerda-direita se mostrou móvel no tempo e no espaço. Enquanto no princípio as manifestações foram dominadas por grupos de esquerda, as pautas e símbolos de direita ganham espaço no transcorrer do mês de junho, em particular no eixo Rio-São Paulo. Há diversos sinais desse deslizamento: a retratação de Arnaldo Jabor no Jornal Nacional de 17 de junho, invertendo a valência das manifestações para um “momento histórico lindo e novo”; a publicação em 18 de junho do vídeo do Coletivo Anonymus Brasil, ditando as

cinco pautas supostamente consensuais nas ruas, erigindo como bússola o combate à corrupção; o registro de agressões físicas e verbais a militantes de partidos socialistas e comunistas já a partir do dia 17; e, por fim, o caráter da manifestação nacional de 20 de junho, quando o verde-amarelo, o hino nacional, as deferências à polícia entre outros indicadores já são claros, ainda que não absolutos.

A ideia de que um deslizamento desse tipo de fato ocorreu contradiz dois argumentos genéricos: primeiro, o de que os protestos eram *in nuce* reacionários e fascistas; segundo, o de que as categorias “esquerda” e “direita” estariam ultrapassadas para lidar com a novidade das ruas. Ambos caducaram, em boa medida, porque são teses construídas de fora das manifestações, observando-as das janelas e das telas. O diagnóstico de que um deslizamento à direita efetivamente ocorreu tampouco oferece uma leitura conclusiva, mas é antes um ponto de partida razoável se contextualizado. Convém esmiuçar três faces desse processo: (1) as condições de possibilidade de que, no intervalo de uma semana, o ciclo de protestos tenha se massificado, nacionalizado e deslocado suas prioridades políticas; (2) as razões do deslizamento à direita como parte do ciclo de protesto; e (3) as consequências imediatas dessa inflexão para a relação entre esquerda e direita como campos reciprocamente referenciados.

Como exposto anteriormente, a abertura societária implica uma margem de indefinição em termos de atores, pautas e práticas em curso nas ruas. Nesse sentido, o caráter insurrecional de junho de 2013 escapa ao padrão das grandes mobilizações populares do ciclo da redemocratização no Brasil (Nobre, 2013; Tatagiba, 2016; entre outros). Vejamos, para um exemplo eloquente, a cobertura da Folha de São Paulo publicada em 26 de agosto de 1999, data da Marcha dos Cem Mil em Brasília (Madueño; Gondim; Zorzan, 1999a; 1999b; 1999c). Como em uma rubrica de teatro, o texto descreve em detalhe toda a preparação para o ato que ocorreria. Lista sete siglas partidárias envolvidas na preparação, além de uma série de entidades que estarão presentes (CUT, MST, UNE) ou ausentes (OAB, ABI). A CUT oferece uma projeção exata de manifestantes (93.420) e do orçamento dispendido (R\$ 120 mil) com a logística da marcha. Para o fechamento das atividades, prevê-se um discurso de Lula, mas “prevendo atrasos, a organização da manifestação estabeleceu um limite para o término do ato: 16h” (Madueño; Gondim; Zorzan, 1999a). De parte a parte, há uma preocupação compartilhada em garantir um protesto ordeiro, sem violência ou depredação. Segundo a sucursal da Folha, os próprios organizadores da marcha estariam distribuindo um “manual para orientar o manifestante, pedindo, entre outras coisas, que o participante não aceite provocações, denuncie qualquer problema à organização e mantenha a calma em qualquer situação” (Madueño; Gondim; Zorzan, 1999a). Para montar esse roteiro dos eventos, a reportagem entrevista as fontes relevantes nas entidades e partidos, no aparato de segurança e no governo. Até certo ponto, há um roteiro de como cobrir o protesto, porque existem convenções performativas sobre o que é um protesto. Ele é legível também do ponto de vista da imprensa, ainda que esta sabidamente não lhe fosse simpática. Os protagonistas, as pautas e formas de ação estão identificadas com a esquerda, contraposta a um governo de direita. Ao fim e ao cabo, no dia 26 agosto, a Marcha dos Cem Mil transcorreu sem maiores incidentes, sendo a mobilização de maior escala até os acontecimentos de 2013.

Fato é que não havia como praticar cobertura jornalística equivalente em Junho de 2013. Há uma descontinuidade nas convenções performativas estabelecidas. Não há fontes jornalísticas relevantes para checar antecipadamente o rumo das manifestações ou seus objetivos. Não é que heterogeneidade e conflitos internos não houvesse nas jornadas de luta popular durante a redemocratização, mas nestes sobressai “um forte trabalho de negociação e articulação políticas conduzido pelas principais lideranças partidárias da oposição” (Tatagiba, 2016, p. 41). O mesmo vale para a Marcha dos Cem Mil, como registrado pela própria Folha de São Paulo (Madueño; Gondim; Zorzan, 1999c).

A eclosão das ruas foi um movimento desconcertante. Embora muita racionalização tenha sido oferecida *ex-post*, não sabemos exatamente como a luta contra o aumento da passagem produziu uma insurreição em escala nacional. O deslizamento à direita no curso das manifestações tem como condição de possibilidade essa aceleração súbita, que ultrapassou a base organizativa dos movimentos sociais preexistentes. A dificuldade de localizar os protestos à direita ou à esquerda não é só porque eles mudaram progressivamente de perfil, mas porque, na semana crítica de junho, estavam nas ruas diferentes esquerdas e direitas junto com pontos de vista que não podiam

ser enquadrados facilmente por umas ou outras (Nunes, 2022). É certo que não é um fenômeno novo, pois historicamente a multidão nas ruas sempre conteve uma parcela de ambivalência, reunindo forças antagônicas, aplainando nuances e alimentando um senso de desorientação. A alavancagem da direita em junho de 2013 só foi possível porque os protestos alargaram-se para muito além do que a esquerda era capaz de organizar.

Como argumentou Rodrigo Nunes, a direita teria sido bem-sucedida em definir em seus termos a situação política pós-Junho, orientando e definindo os antagonismos que apareciam ainda indeterminados. Isso não significa que a esquerda estivesse fadada à derrota, mas que “houve uma disputa cujo resultado poderia ter sido outro” (Nunes, 2022, p. 141). A ultrapassagem só foi factível porque a esquerda não estava sozinha nas ruas, mas por si só isso não significa que ela estivesse fadada a perder o timão dos acontecimentos em 2013.

Retrospectivamente, é possível sopesar algumas explicações para esse resultado. Em primeiro lugar, a mobilização política depende de recursos e havia uma disparidade considerável entre esquerda e direita nesse aspecto. Hoje dispomos de uma literatura prolífica para resgatar a reorganização da direita ao longo dos governos petistas, fora do radar da disputa política institucional e com forte vocação digital (Miguel, 2019; Nicolau, 2020; Nunes, 2022; Rocha, 2018; Solano, 2018; Velasco e Cruz; Kaysel; Codas, 2015). Esse acúmulo de forças incluía formação de quadros políticos com financiamento empresarial e internacional, além da formação de opinião em mídia tradicional e digital. É sobre essa base de apoio que se consolidam os gatilhos discursivos que mobilizam a direita, que codificam a situação em uma visão de mundo conservadora. Não havia um partido ou liderança correspondente, mas antes uma presença difusa em organismos de estado (corporações armadas, legislativo, judiciário) e da “sociedade civil” (igrejas, imprensa, redes sociais). À sua maneira, a direita brasileira operou o “movimento de pinça” idealizado pela esquerda nos anos 1980, combinando avanços na institucionalidade com mobilização de base.

A crise política de 2013 foi apenas seu tiro de largada. A direita ocupou as ruas ainda de maneira incipiente e pulverizada, mas se provou numerosa e coerente. A rigor, os protestos de junho não penderam para a direita, mas, a certa altura e em espaços específicos, criou-se uma discrepância em termos de organização e recursos que fez com que a direita fagocitasse o núcleo de esquerda que se mantinha nas ruas.

Uma explicação secundária é o efeito da repressão policial, que desarticulou e dissuadiu a presença das esquerdas nas ruas. De maneira geral, o principal derrotado do ciclo de Junho de 2013 foi precisamente o polo político autonomista que lhe havia impulsionado. Os coletivos autonomistas vinham em construção gradual desde a virada do século, incluindo a fundação do próprio MPL no Fórum Social Mundial de 2005. Ganham ímpeto com as experiências internacionais pós-2008 no Egito, na Turquia, na Espanha, nos Estados Unidos, em Rojava, quando se consolida a internet como ferramenta horizontal de mobilização, informação e organização. Compunham esse campo de referências o ciberativismo e as mídias independentes, as táticas de autodefesa e ação direta, as ocupações e assembleias populares como práticas prefigurativas. Esse polo autonomista, criminalizado em uníssono pela direita e pela esquerda institucional, acabaria perdendo muita força como resultado do confronto em 2013. De maneira geral, havia não só uma discrepância de recursos no momento da crise, mas também oportunidades políticas desiguais à direita e à esquerda no que tange à repressão física e judicial.

Por fim, há uma explicação terciária que diz respeito ao sucesso relativo da direita em operar o que a literatura conhece como a articulação de diferentes subjetividades a partir de uma cadeia de posições equivalentes (Laclau; Mouffe, 2015). Isso significa, em outras palavras, o artifício político pelo qual as pessoas, partindo de contextos diversos, estabelecem um enquadramento comum da situação que justifica e rejunta seu protagonismo como coletivo. Vale lembrar que essa articulação não se iniciou nem se completou no calor do evento. Trata-se de um processo sutil e difuso, que vai se tornando mais clara conforme a crise política se desenrola. Ainda assim, a ideia de articulação ajuda a entender como a direita conseguiu ganhar terreno em meio à incerteza.

Não deixa de ser icônico que Arnaldo Jabor, em sua fala no Jornal Nacional de 17 de junho, tenha escolhido estas palavras: “O Brasil parecia desabitado politicamente. Até que apareceu o povo!”. Construir-se como “povo” por antagonismo ao que é antipovo é a manobra por excelência de articulação. A oposição entre cidadania autoconvocada e o “sistema” era um recurso que

permitia desgarrar os motes progressistas de seu contexto e refraseá-los à direita. A indignação com o fechamento do sistema político e seu conluio com grupos empresariais, no caso do transporte público e dos megaeventos, podia deslizar para o combate geral à corrupção, que tinha como subtexto o julgamento televisionado do mensalão no ano anterior. Da mesma maneira, a precarização dos serviços públicos de saúde e educação pôde ser enquadrado como resultado da corrupção sistêmica. A defesa do direito à manifestação política, que se aglutinou inicialmente por oposição à brutalidade policial, podia se redefinir como contraponto ao “vandalismo” criminoso, forjando uma afinidade nova entre o manifestante legítimo e a força policial que lhe protegia. A reticência dos anarquistas com o hegemonismo dos partidos de esquerda nas manifestações se transmutou a um ódio visceral contra os partidos políticos. Mesmo a revolta das ruas contra o monopólio de mídia do Grupo Globo, insígnia bastante específica e nominal, viria a ser envergado à direita nos anos seguintes.

Esses deslocamentos de sentidos não são isentos de conflitos nem operam de maneira generalizada. Eles aparecem de maneira discreta durante a massificação dos protestos de junho e criam uma brecha que se dilata nos anos seguintes. A capacidade de articulação demonstra que a direita não se fortaleceu apenas com números e recursos, mas também pela reorientação da política em termos de símbolos e linguagem. Isso ajuda a entender como passamos de um conflito contingente, com possibilidades em aberto, para um resultado parcial e provisório. Como vimos, é evidente que a esquerda não desapareceu das ruas. Mobilizações populares por igualdade e dignidade, junto a lutas de oposição ao avanço da direita, continuaram ocorrendo nos anos seguintes. O que mudou de lado fundamentalmente foi a iniciativa das ruas.

Em termos de seus efeitos, esse deslizamento à direita se confunde com a própria história recente do país. Chamo atenção aqui para um aspecto específico, que é uma espécie de “inversão performativa” entre direita e esquerda na crise política aberta em junho de 2013⁴. Para contextualizá-la, é preciso tentar dimensionar o quão extraordinário e surpreendente há de ter sido para as forças conservadoras no Brasil a experiência prevalecer nas ruas, mesmo que de maneira fugaz (dias 20 e 22) e delimitada (sobretudo, Rio de Janeiro e São Paulo). Para a geração que viveu o ciclo da redemocratização, tratava-se de uma operação inédita. Para muitos, era a primeira dose da sensação inebriante de ser o povo nas ruas, de ver-se na multidão, de desafiar quem governa; para alguns, desvelava-se ali uma força com que a direita não imaginava contar.

Com esse precedente, surge em 2014 uma ofensiva planejada para produzir nas ruas o desgaste do governo petista visando à eleição presidencial ou ainda, diante dos resultados eleitorais, removê-lo a qualquer custo (Tatagiba, Trindade; Teixeira, 2015). É interessante notar que as manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff contam com o tipo de orquestração característico dos atos da oposição de esquerda no ciclo da redemocratização. Ao contrário de junho de 2013, os protestos de 2014 e 2015 contam com negociação prévia de lideranças, logística e orçamento estruturados, carro de som e oradores predefinidos, identidade visual, itinerário, divulgação e repercussão coordenadas em redes sociais. Se na irrupção em junho a direita era ainda fluida, nos anos seguintes ela ocupa as ruas como movimento encaixado em atores sociais subsidiários. Com o objetivo de executar o programa básico dos partidos de oposição, qual seja, remover Dilma Rousseff da presidência, o movimento de rua aparece também encaixado nos termos da política institucional, tal qual a Marcha dos Cem Mil, só que com sinal trocado. Como a esquerda historicamente havia feito, a direita pretendia usar a pressão das ruas para desequilibrar uma correlação de forças que não lhe parecia favorável na institucionalidade.

A radicalização da direita nos anos seguintes só faria evidenciar essa inversão performativa, em uma espiral que culminaria na tentativa de golpe de estado em 8 de janeiro de 2023. A seu modo, a direita passa a protagonizar o conflito com o *status quo* da república, enquanto resta à esquerda o lugar da moderação, da clarividência e da legalidade. A direita passa a operar em conflito com os tribunais, porque o que pretende não cabe na forma da lei vigente. A direita alimenta a tensão contra a grande imprensa, valendo-se das redes sociais, de veículos alternativos e do engajamento espontâneo dos simpatizantes. A direita passa a deflagrar um conflito intestino no aparato de estado, na medida em que seu projeto é inconcebível para o funcionalismo das carreiras de estado. Até a investida putschista de 8 de janeiro, a direita operava o movimento de pinça dentro e fora das instituições, apostando no enfrentamento e tomando da esquerda o papel de desafiante da ordem estabelecida. É emblemático que Eric Hobsbawm tenha chamado os

fascistas italianos de “revolucionários da contrarrevolução” (Hobsbawm, 1995, p. 121). O que demarca a novidade histórica do fascismo foi precisamente o reposicionamento da direita como movimento popular e extrainstitucional, que se vale mais da mobilização que da repressão, mais da força que da autoridade, mais do número que da estirpe de seus membros.

À esquerda, pois, restaram as armas da contenção, com as quais aprendeu a lutar com notável destreza. Coube à esquerda encampar a defesa das regras do jogo eleitoral, da separação de poderes, do devido processo legal, do controle de constitucionalidade, da ética burocrática e até, por razões trágicas durante a pandemia, da imparcialidade do método científico de pesquisa, servindo de âncora de comedimento na disputa política. Para tal precisou colocar entre parênteses as críticas às limitações da democracia liberal, à imparcialidade da lei e à neutralidade axiológica do conhecimento, temas outrora caros ao pensamento de esquerda.

Essa inversão performativa não estava dada em junho de 2013. Ela foi se delineando de maneira gradual conforme as lideranças conservadoras conseguiam articular grupos nas ruas e transpor isso em conquistas institucionais, deslocando a agenda política do país a partir de 2014. Ainda que gradual, esse movimento só é possível porque, em uma circunstância específica de 2013, a direita conseguiu ultrapassar a capacidade de mobilização da esquerda nas ruas. No começo, o que chamava atenção era o mimetismo, com a direita claramente apropriando e deslocando símbolos da esquerda, como palavras de ordem (“vem pra rua!”, “o povo unido jamais será vencido”, etc.) e organizações (MPL por MBL, Anonymus BR, etc.). A partir desse feito, em si extraordinário, o que fomentou a radicalização da direita foi justamente seus avanços. Se a esquerda está historicamente habituada a trazer derrotas de seus protestos e atos, pois só lutar em desvantagem, a direita brasileira parecia não aceitar das ruas outro resultado que não fosse a vitória, ou pelo menos a crença razoável em sua iminência. Quiçá a pergunta mais vital sobre o 8 de janeiro não seja como grupos extremistas tiveram a audácia de invadir a sede dos três poderes da República, mas sim como veio a fracassar o golpe civil-militar que vinha sendo incensado por anos no governo e na opinião pública, para o qual já havia detalhado planejamento das operações por seus perpetradores (Bonin, 2023; Costa, 2023).

Em síntese, é certo que o espectro esquerda-direita é traiçoeiro como gabarito de inteligibilidade para ler as Jornadas de Junho de 2013. Há quem as considere como um movimento dominado pela direita, com participação ingênua e irresponsável de alguns agitadores de esquerda. A linha de continuidade evidente seria, então, com os protestos patrióticos contra Dilma, o golpe parlamentar de 2016 e a eleição de Bolsonaro. Em resposta, há quem veja Junho como a expressão máxima dos anseios populares por mais democracia, dignidade e justiça. Nesse caso, a Junho correspondem todas as lutas emancipatórias que se seguiram, movidas por estudantes secundaristas, garis, feministas e professores, presumindo uma linha divisória que evita conspurcar a memória das Jornadas de Junho com subprodutos indesejáveis. Ambas as operações implicam algum grau de arbitrariedade. Como vimos, a identificação não é unívoca porque direita e esquerda coexistiram nas ruas em 2013, porque havia uma fatia expressiva dos manifestantes que embaralhava as referências que elas usam para distinguir-se e, também, porque direita e esquerda começaram, em junho, uma curiosa inversão de papéis nas suas práticas políticas, mantendo seus valores cardinais inalterados. Que isso ocorra no intervalo de um mês, ou talvez até de apenas uma semana, é o que define a singularidade do evento na nossa história.

CONCLUSÕES

Este ensaio explorou alguns dilemas de inteligibilidade que são próprias dos eventos críticos de Junho de 2013. Na conversão da experiência vivida em objeto de análise social, existem algumas dimensões da realidade que não são facilmente absorvidas. Diante da necessidade de responder à conjuntura política, a análise sobre a insurreição tende a escantear a parte indecifrável ou indescritível do fenômeno para encaixá-lo em um percurso histórico coerente. Há como sistematizar os antecedentes e os consequentes à insurreição, mas a imagem desfoca quando se aproxima demais dela. Ao longo do texto, sinalizei alguns motivos pelos quais os problemas de inteligibilidade não expressam uma deficiência de nosso instrumental metodológico ou das fontes a que temos acesso, mas derivam do próprio caráter dos protestos. O ritmo de aceleração em junho foi tal que a desorientação é constituinte da experiência vivida e das decisões que foram tomadas naquele contexto. Mais do que isso, o que chamamos de “jornadas” na verdade não cabe no

sentido usual da palavra, pois envolve um emaranhado de situações díspares de conflito social, com ritmos e colorações diferentes país a fora, que eclodiram como que em uma reação em cadeia. Não havia uma direção unívoca em todas as ações e reações naquele contexto, e os dilemas de inteligibilidade surgem à medida que se estabelecem hierarquias de prioridade para generalizar, explicar e definir uma conjuntura como essa.

Isso dito, podemos resumir quatro argumentos principais que atravessam o texto. O primeiro é que “Junho de 2013”, antes de ser uma época, um nome, um processo ou um estado de espírito, é um evento crítico com um significado temporal bastante específico. A ele convergem, é certo, tendências e exemplos precedentes; dele irradiam, sem dúvida, efeitos concêntricos, que se desdobram e reverberam de diversas maneiras. Ainda assim, é preciso ressaltar a excepcionalidade dos acontecimentos de junho como ponto de não retorno. A história dessa ruptura pode ser contada a partir dos movimentos gerais da política brasileira, da democracia e de suas elites políticas, presumindo à narrativa a unidade que o estado lhe confere. Pode ser contada também a partir de inúmeros outros pontos de vista, situados em territórios, em movimentos políticos ou em experiências específicas de conflito e transgressão que orbitam o mesmo evento crítico. Não há razão para esperar uma coincidência entre essas histórias.

O segundo é que a característica central do evento é a desarticulação dos canais de mediação da disputa política, suspendendo certas convenções sobre os métodos, os protagonistas, as arenas e até os limites de factibilidade da disputa. A isso corresponde uma abertura societária na qual irrompem nas ruas e nas redes tipos diversos de indignação e dissenso, sem enraizamento claro nas organizações e identidades preexistentes. Por seu próprio caráter, os protestos eram ilegíveis do ponto de vista do estado, que não era capaz de inseri-lo no processo político. À esquerda ou à direita, toda a elite política foi desafiada e surpreendida por essa ilegibilidade, tendo de improvisar estratégias para manobrar numa conjuntura revolta.

O terceiro argumento diz respeito exatamente ao binômio esquerda-direita, que parecia desorientado diante de uma indignação que nem sempre se alinhava à forma como a direita e a esquerda estavam constituídas na política brasileira. A interação entre direitas, esquerdas e uma nuvem de posições ambivalentes, em geral processada pelo sistema político representativo, teve seu desenlace de forma direta no espaço público. Disso resulta também um perfil móvel, que faz com que direita e esquerda tenham importância relativa conforme o momento e o lugar em que se enquadra a observação. A mobilidade e a indefinição, por sua vez, não invalidam a constatação de que um deslizamento à direita ocorre em uma fração específica do ciclo, mas com consequências gerais. Esse deslizamento não importa por ser unívoco, generalizado ou nacionalmente uniforme, mas porque ele, improvável diante das circunstâncias, viria a abrir um caminho de reposicionamento da direita como força de ação nas ruas.

O quarto argumento é que esse reposicionamento culminaria em uma curiosa inversão performativa entre esquerda e direita nos anos seguintes, com esta última assumindo cada vez mais a iniciativa da contestação de rua. Se no ciclo da redemocratização a esquerda fez das ruas sua linha auxiliar para pressionar o sistema político, abriu-se então a possibilidade de a direita dispor de seus próprios movimentos de massa. De maneira espontânea e caótica em 2013, de forma planejada e meticulosa em 2015, e de feição radicalizado e oficialista a partir de 2019, a direita apropriou-se da iconografia do povo reunido na rua enquanto expressão direta de soberania. A esquerda precisou recuar para a defesa das regras e do equilíbrio institucional, envidando esforços para neutralizar a ofensiva reacionária.

É fácil transformar a análise de junho de 2013 em uma crônica da derrota. Afinal, houve efetivamente uma disputa, e nela a direita conseguiu definir o desenlace da crise política em seus termos. Como a teoria crítica não supõe o transcorrer do processo como algo independente da agência política para moldá-lo, não há por que furtar-se a avaliar as decisões que levaram a esse resultado. Ainda assim, é preciso atenção redobrada ao falar sobre a derrota no contexto de lutas sociais emancipatórias, sob o risco de uma espécie de “miopia dos resultados” (Bringel, 2013). Nem sempre o sucesso desses movimentos pode ser aquinhoado de maneira imediata, mensurável, estratégica. No mais das vezes, as conquistas sociais não se dão de maneira linear, coroando o movimento que lhe reivindicava. E até mesmo aquilo que é tido como uma luta inglória em seu momento pode vir a ser reapropriado como exemplo, inspiração, precedente. A memória das lutas sociais está povoada de supostas derrotas. É natural que aqueles que lutam por um mundo mais

justo e humano tenham uma relação menos instrumental com seus fins, ou, ainda, que tenham objetivos mais difusos, abrangentes e sobrepostos do que aqueles empenhados em preservar o estado de coisas e entrincheirar privilégios. Se a esquerda ainda pressupõe que o mundo não é dado como está, qualquer derrota há de ser sempre provisória.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. (Publicado primeiro em 16 mar. 2016). *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017.
- ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos CEBRAP*, número especial, p. 49-58, 2017.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ANDRÉS, Roberto. A vez da tarifa zero. *Piauí*, n. 200, maio/2023.
- BONIN, Robson. Exclusivo: arquivos do celular de Mauro Cid detalham plano do golpe. *Veja*, 16 jun. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/exclusivo-arquivos-do-celular-de-mauro-cid-detalham-plano-do-golpe?utm_source=meio&utm_medium=email>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Insight Inteligência*, p. 43-51, 2013.
- BRINGEL, Breno. Estallidos de indignación, levantamientos de esperanza: Cambios en los sujetos y los sujetos del cambio. In: BRINGEL, Breno; MARTÍNEZ, Alexandra; MUGGENTHALER, Ferdinand (Org.) *Desbordes: estallidos, sujetos y porvenires en América Latina*. Quito: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 13-42.
- BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. *Brasil, cambio de era: crisis, protestas y ciclo político*. Madri: Catarata, 2018.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, p. 4-27, nov. 2015.
- CATALANI, Felipe. A decisão fascista e o mito da regressão: o Brasil à luz do mundo e vice-versa. *Blog da Boitempo*, 23 jul. 2019.
- COSTA, Ana Clara. A teia do golpe de 8 de janeiro. *Piauí*, n. 201, jun. 2023.
- DAL SASSO, Guilherme; BERNARDO, Gabriel. Junho antes de junho: o ciclo de lutas de 2013 em Porto Alegre, onde tudo começou. *Uninômade*, 8 maio 2016. Disponível em: <<https://uninomade.net/junho-antes-de-junho-o-ciclo-de-lutas-de-2013-em-porto-alegre-onde-tudo-comecou/>>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- FALS BORDA, Orlando. *As revoluções inacabadas na América Latina*. São Paulo: Global, 1979.
- FERREIRA, Daniel; ZUCATTO, Giovanna; CLOSS, Marília; OLIVEIRA, Raul; GONZALEZ, Vitoria. Ciclos políticos, econômicos e de protesto no Brasil contemporâneo. In: TAVARES, Francisco; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Ricardo (Org.). *Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 202, p. 191-224.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *A democracia no México*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- GOMES, Luís Eduardo. Junho de 2013: ascensão e queda do Bloco de Luta. *Sul21*, 26 jun. 2018. Disponível em: <<https://junho2013.sul21.com.br/junho-de-2013-ascensao-e-queda-do-bloco-de-luta/>>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel* (Tomo VI). Cidade do México: Edições Era, 1999.
- GURZA LAVALLE, Adrian. Após a participação: nota introdutória. *Lua Nova*, São Paulo, n. 84, p. 13-23, 2011.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOSELLECK, Reinhart. Continuidade e mudança de todas as histórias contemporâneas: notas referentes à história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.
- LIMA, Pedro; SAWAMURA, Mateus. O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das “Jornadas de junho” de 2013. *Leviathan: Cadernos de Pesquisa Política*, n. 13, p. 91-119, 2016.
- MADUEÑO, Denise; GONDIM, Abnor; ZORZAN, Patrícia. ‘Tudo pode acontecer’ se houver violência, diz ACM. *Folha de São Paulo*, 26 ago. 1999a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26089903.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- MADUEÑO, Denise; GONDIM, Abnor; ZORZAN, Patrícia. FHC enfrenta maior ato contra o seu governo hoje. *Folha de São Paulo*, 26 ago. 1999b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26089902.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- MADUEÑO, Denise; GONDIM, Abnor; ZORZAN, Patrícia. Impeachment ainda divide marcha. *Folha de São Paulo*, 26 ago. 1999c. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26089904.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- MENDONÇA, Ricardo. Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 98, p. 1-24, 2018.
- MENDONÇA, Ricardo; SIMÕES, Paula. Junho de 2013 como acontecimento. In: TAVARES, Francisco; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Ricardo (Org.). *Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022, pp.13-36.
- MIGUEL, Luís Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo / Expressão Popular, 2019.
- NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- NOBRE, Marcos. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem. Ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- REGHIM, Mariana; SARTÓRIO, Lara; BACHINI, Natasha; REZENDE, Rafael. *Cronologia das Jornadas de Junho de 2013 no Rio de Janeiro*. No prelo.
- ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento e militância? In: SOLANO, Esther (Org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.
- RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo sobre os movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SCOTT, James. *Seeing like a state: how schemes to improve the human condition have failed*. Yale: Yale University Press, 1999.
- SOLANO, Esther (Org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.
- SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita. *FES Análise*, n. 42, 2018.
- TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.
- TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). *Direita volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2015. p. 197-212.
- TAVARES, Francisco; RORIZ, João Henrique; OLIVEIRA, Ian. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. *Opinião Pública*, v. 22, n. 1, p.140-166, 2016.
- TILLY, Charles. Introduction. In: TILLY, Charles (Org.). *The formation of nation states in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). *Direita volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2015.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ Agradeço à leitura sempre criteriosa de Guilherme Benzaquen e Luna Campos, sem dividir com eles a responsabilidade pelas escolhas do texto final.
- ² Desconsidera-se aqui a particularidade da expressão “história contemporânea” (em alemão *Zeitgeschichte*), que resulta da composição entre *Zeit* (tempo) e *Geschichte* (história). Koselleck se empenha em mostrar que o tempo (presente) seria condição insuficiente para delimitar um período histórico, pois a história é em si temporal.
- ³ É interessante notar o argumento de Tavares, Roriz e Oliveira (2016) sobre a jornada de lutas em Goiânia, onde a violência policial teve como efeito inibir e desarticular a mobilização, e não alimentar uma reação que a impulsionasse. O ponto é interessante, especialmente porque convida à pesquisa comparada entre os diferentes contextos agrupados sob a narrativa de Junho. Ainda assim, não se pode reduzir a repercussão da violência em São Paulo à cidade de São Paulo quando as redes sociais foram seu principal veículo de irradiação.
- ⁴ A tese de uma inversão entre esquerda e direita aparece claramente no argumento de Felipe Catalani (2019), mas com um sentido ligeiramente distinto do que se desenvolve aqui.

Recebido em junho de 2023
Aprovado em novembro de 2023